16.06 – 6º CONEXIDADES discute os desafios enfrentados pelas mulheres na sociedade

A tarde desta sexta-feira no evento CONEXIDADES começou com o painel “O papel da Mulher na Sociedade e o Enfrentamento Através das Leis”. Para participar foram chamadas a Presidente Executiva da União dos Vereadores do Estado de São Paulo e Coordenadora-Geral do CONEXIDADES, Silvia Melo; a Promotora do Ministério Público do Estado de São Paulo, Fabíola Sucasas; a Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça do Supremo Tribunal Federal, Amini Haddad; a Vereadora do Município de Barbosa, Elisângela Miranda; a Presidente do CONFEM - Conselho Superior Feminino da FIESP e Presidente da Virada Feminina Internacional, Marta Lívia Suplicy; a Presidente do Instituto Nós Por Elas, Renata Gil e a Conselheira do CONFEM Luiza Brunet.

Silvia Melo abriu o painel elogiando o trabalho diferenciado feito pelas mulheres, destacando a atuação de Fabíola Sucasas e Amini Haddad. Em seguida contou como conheceu a vereadora Elisângela Miranda e a convidou a fazer seu relato.

Durante sua apresentação, Elisângela fez um relato sobre uma menina chamada Maria, que sofreu abuso sexual aos 5 anos, cometido por um padre. Ela seguiu contando a história da criança, que sofreu discriminação racial por ser preta e pobre, que usava óculos e era colocada em último lugar na fila. Ela sonhava em se tornar professora. Foi empregada doméstica, fez curso de Magistério, Contabilidade, Pedagogia, pós-graduação em Libras e Deficiência Intelectual. Casou-se, teve uma gestação trigemelar e sofreu várias violências domésticas. Com cinco meses de gravidez, sofreu um aborto espontâneo de um dos bebês e foi submetida a uma curetagem sem anestesia. Com 24 horas teve um segundo aborto, que a levou a um princípio de infecção generalizada e quase veio a óbito. Maria perdeu o terceiro filho. Apesar disso, produziu leite materno, com o qual abasteceu o hospital da região, sustentando as crianças que nasceram no ano de 2010. Passou por maus-tratos e escondeu as cicatrizes. Tentou suicídio no dia em que estava programado para seus filhos nascerem, mas não conseguiu. “Maria venceu. Maria conseguiu chegar aonde ela queria. Maria tem hoje seus dois filhos, passou por esses maus-tratos, mas ela venceu”, continuou. “Hoje, Maria está aqui nesse palco. Elisângela Maria Miranda. Essa é a Maria que passou por tudo isso e que venceu. Hoje eu estou aqui levantando essa bandeira. Mulheres, tenho certeza de que aqui no meio tem Marias. Não é uma, nem duas. São várias Marias. Unidas seremos mais fortes”, finalizou emocionando-se e emocionando a plateia, que a ovacionou de pé.

A vez foi passada para Amini Haddad. Ela começou dizendo que questões culturais por vezes trazem a invisibilidade do feminino e que hoje temos poder de falar sobre isso. Afirmou que o Brasil é signatário dos direitos humanos e tem um dever em relação à equidade. Continuou falando que devemos questionar se esse dever está de fato sendo observado ou não. Ela afirma que as mulheres precisam decidir as prioridades públicas e ter voz de fato nas cúpulas de poder. “Quando nós não temos a participação feminina, quando isso é negado de alguma forma, ou há uma resistência grande com relação a essa voz, nó temos, em realidade, uma não democracia e uma não República”, afirmou.

Falou ainda das dificuldades que as mulheres têm de receber investimentos para disputarem as eleições. Trazendo na formação educacional a equidade entre homens e mulheres. Falou também sobre leis aprovadas recentemente em favor da mulher, inclusive a lei Mariana Ferrer. “Assistimos essa exposição da Elisângela que traz na sua história superações, mas a verdade é que ainda temos muitas dificuldades e atuações discriminatórias quando na apuração desses crimes sexuais. O que aconteceu com Mariana Ferrer só demonstra que isso precisa ser enfrentado institucionalmente, com políticas efetivas”, disse.

Continuou seu discurso descrevendo algumas leis sobre representatividade feminina nas cortes inclusive a resolução 492, aprovada em março para conter a violência de gênero. “Se até mesmo na justiça as pessoas puderem sofrer violações, indignidades, que processo judicial seria esse?”, questionou, completando que a resolução vem para trazer a perspectiva de julgamento com esse olhar de contenção de abusos e violência de gênero.

Amini falou ainda do uso da inteligência artificial para apurar esses abusos e afirmou que temos muito ainda a caminhar. “Como é que a gente alcança esse interesse público com a ausência de tantas vozes de mulheres?”, perguntou. “Humanidade se faz de homens, mulheres, de muitas raças e de uma pluralidade incrível. Que essa pluralidade seja observada no seu valor máximo do interesse público”, encerrou.

A seguir Marta Lívia assumiu o painel e iniciou dizendo que as demandas femininas precisam ser legitimadas através de leis, de selos e de ações. Ela contou que temos o 3º melhor mecanismo de leis contra a violência, mesmo assim, teve aumento de violência contra a mulher. “A violência vocês sentem até mesmo dentro do próprio espaço de vocês”, disse, dirigindo-se à plateia. Prosseguiu falando de mulheres que atuam por outras em diferentes esferas, incluindo na aprovação de leis. Ela falou que as mulheres têm que ser ponte para outras: “É pegar cada uma de vocês pela mão e garantir que vão chegar em segurança na outra ponta. É isso que a gente tem que fazer pelo coletivo”, disse.

Fabíola Sucasas falou em seguida sobre a importância de a legislação ser cumprida. Seguiu explanando como a Constituição proíbe qualquer forma de discriminação, mas que só recentemente o conceito de legítima defesa da honra foi afastado: “A vida da mulher servindo como um valor muito inferior à honra do homem”, afirmou. Sucasas seguiu seu discurso falando que houve aumento de diversos tipos de violência contra a mulher, porém disse que não precisamos de leis, e sim de políticas públicas. “Pergunto para cada administrador público aqui presente: qual é o seu orçamento para a política a favor da mulher em seu município?”, provocou, falando as diversas políticas existentes que poderiam favorecer as mulheres. “Se nós temos um país no quinto lugar que mais mata as mulheres, isso se deve a uma palavra: a violência institucional”, completou.

A vez foi passada para Renata Gil, que agradeceu a oportunidade de a Fiesp dar voz a esses movimentos que tem acontecido na sociedade. “Vocês têm construído uma sociedade diferente. Ainda não é aquela que está na Constituição, que faz 35 anos e que a gente sonha viver. Não sonho que meus filhos e netos vivam. Eu sonho que eu viva essa realidade de igualdade e de respeito”, disse, arrancando aplausos da plateia.

Ela seguiu falando dos vários textos legislativos aprovados e das várias candidaturas femininas e ressaltou a necessidade da conexão entre judiciário, executivo, legislativo e sociedade civil organizada. Falou ainda da importância de ensinar as crianças a se prevenirem contra a violência.

Em seguida Sílvia passou a palavra para Luiza Brunet, que finalizou o painel contando um pouco da sua história, dizendo que foi vítima de violência doméstica e viu o pai agredir a mãe. Aos 12 anos foi trabalhar como empregada doméstica e sofreu abuso sexual. Ela contou que não tinha espaço para falar sobre isso na época. Estudou pouco, tendo adquirido conhecimentos de forma autônoma, e foi emancipada para casar-se com 16 anos. Disse ainda que sofreu assédio moral e sexual em sua carreira, além de ser vítima de violência em seus relacionamentos. Durante seu discurso, incentivou a vereadora Elisângela a denunciar ameaças que ainda sofre e falou sobre as pautas que defende em favor da mulher.